

O dentro e o fora da prisão: criminalizações, burocratizações, estatizações da vida e a produção do cuidado “pós-muros”.

Inside and outside prison: criminalization, bureaucratization, statization of life and care in the "post-walls".

Maria Márcia Badaró Bandeira; Bianca Sippli Fischer

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

O presente artigo se propõe a fazer uma breve análise dos processos que compõem e atravessam a assistência às pessoas egressas do sistema prisional em livramento condicional, em cumprimento de pena no regime aberto e/ou de penas restritivas de direito. Essa análise se faz a partir da experiência de um estágio profissional de psicologia em um Patronato, unidade da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro para assistência a essas pessoas. Propomos ampliar algumas análises referentes à temática do cuidado “pós-muros”, chamando a atenção para os processos de despotencialização da população atendida e dos trabalhadores do Patronato. Dentre esses processos incluem-se a criminalização da população pobre, o assistencialismo herdado da cultura judaico-cristã e a burocratização dos processos de trabalho, além de uma preponderância de políticas estatais que reforçam os efeitos do capitalismo neoliberal junto à população pretensamente assistida. A produção de tais processos justifica as apostas dessa escrita.

Palavras-chave: Patronato; assistência; egresso.

ABSTRACT:

This article proposes to give a brief analysis of the processes that compose the assistance to egress people that are on probation, serving open sentence and the ones with restriction of rights. This analysis was made based on the experience of a professional psychology internship at the Patronato, the unit of the Department of Penitentiary Administration of the State of Rio de Janeiro destined to assist these people. This study, therefore, proposes to extend some analysis concerning the subject of care “post-walls”, calling attention to the processes of disempowerment of the population served and Patronato workers. Among these processes, are the criminalization of the poor population, the welfare legacy of the Judeo-Christian culture and the bureaucratization of work processes, as well a preponderance of state policies that reinforce the effects of neoliberal capitalism within the population. The production of such processes justify the purpose of this writing.

Key-words: Patronato; assistance; egress people.

O presente trabalho teve como pretensão um breve mapeamento de processos que compõem e atravessam o atendimento à pessoa que está saindo do sistema prisional

a partir de uma experiência de estágio profissional em Psicologia de seis meses em um Patronato. Este é um estabelecimento de “porta de saída” do sistema prisional do estado do Rio de Janeiro¹, destinado a prestar assistência aos sujeitos que estão em cumprimento de pena no regime aberto ou que já obtiveram a liberdade condicional, ou ainda que cumprem outras modalidades de pena².

Partimos da premissa de que tal tema tem importância considerável por três motivos: pela escassez de produção acadêmica a respeito do funcionamento e das práticas psicológicas nesse tipo de instituição; pela essencialidade de uma rede social se fazer presente e favorecer, ao sujeito que sai do cárcere, condições para criar um cuidado de si neste momento de transição; e para que se possa produzir liberdade em casos onde clausuras já se fizeram tão fortemente presentes, na pele.

Trouxemos para essa discussão algumas observações das forças presentes na experiência relatada nos campos macro e micropolíticos e, com isso, buscamos explicitar alguns questionamentos que foram emergindo no percurso do estágio e desta escrita a fim de disparar conexões para ampliar e complexificar análises referentes ao tema da assistência à pessoa egressa do sistema prisional.

Em aliança com Passos e Benevides (2010), entendemos que só podemos investigar processos, trabalhar com a processualidade do vivo, acompanhando movimentos. Nesse sentido, o presente trabalho, ao se fazer na própria experiência e acompanhando seus movimentos, teve a pretensão de se constituir enquanto uma investigação de certas produções de subjetividade no campo da criminalização e do assistencialismo, que não se pretendem absolutas, mas recortes de realidade; que não se pretendem neutras e sim marcadas por uma postura ético-estético-política.

O que pretendemos aqui não é determinar de que forma seria correto trabalhar a assistência ao egresso, mas sim abrir a discussão de como este processo vem ocorrendo em determinado plano, como se produzem suas ações e quais seus efeitos, para contribuirmos com a expansão de análises na temática de forma plural, fazendo emergir diferentes vozes com as quais nos deparamos ao longo do percurso.

A experiência de estágio profissional na SEAP só foi possível graças a um convênio da Coordenação de Psicologia da SEAP com o Curso de Pós-graduação em Psicologia Jurídica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A proposta do estágio era inserir os alunos do curso em um projeto específico já existente naquela Coordenação, cujo objetivo principal é a formação de internos/as multiplicadores de

ações de prevenção em saúde, de direitos humanos e cidadania junto aos companheiros/as do cárcere. O projeto se desenvolve em unidades prisionais masculinas e femininas por meio de cursos e palestras ministrados por profissionais da própria SEAP ou por convidados voluntários autônomos ou de outras instituições públicas e/ou privadas. Naquele momento, a proposta da coordenação do Projeto era implantá-lo no Patronato, uma unidade com outras características, destinada ao atendimento às pessoas albergadas e aos que cumprem livramento condicional (egressas) ou outras modalidades de sentença judicial.

Considerando a duração de um semestre e a carga horária de oito horas semanais do estágio, como também uma escolha ético-profissional pelo uso de ferramentas da Análise Institucional, entendemos que o trabalho a ser elaborado seria muito mais o de conhecer seu campo, levantar questões e pensar coletivamente a implantação do projeto nessa unidade distinta das demais do que realizar qualquer outro fazer. Conforme trazem Coimbra e Nascimento (2007), para o analista institucional René Lourau intervir é “articular lacunas, ver relações onde só se percebiam elementos coerentes e homogêneos, comprovar um problema onde se julgava existirem soluções...” (p.27). Portanto, em um período curto de estágio como o proposto, o possível enquanto intervenção apresentou-se nos estranhamentos advindos do contato aqui relatado com a SEAP, com o Patronato e com o próprio projeto. Apresentou-se também nos questionamentos de algumas naturalidades e homogeneidades, no resgate de produções históricas e na aposta das multiplicidades, dos encontros coletivos, que puderam e podem estar por vir no campo da assistência a pessoa egressa do sistema prisional. A todo momento era necessário colocar em análise as implicações que atravessavam e constituíam esse campo de estágio.

Segundo Lourau, citado por Coimbra e Nascimento (2007), a noção de *implicação* está atrelada a um caráter instituinte e revolucionário, pois afirma a necessidade de se analisarem os vínculos afetivo-libidinais, políticos, profissionais e institucionais do interventor. Ao ligarmos tal conceito ao de institucionalização, podemos problematizar os discursos/práticas dos sujeitos em suas condições de possibilidade. E a partir daí, segundo as autoras, pensar a análise das implicações através de análises transferenciais daqueles que fazem parte da intervenção, como também da análise das produções socioculturais, políticas e econômicas que atravessam o estabelecimento e que constituem os sujeitos que dele participam. Afirmamos, portanto, com elas que: “O paradigma da implicação permite mostrar as diferentes

forças presentes em nosso campo de atuação, fazendo, em muitos momentos, emergir acontecimentos e propiciando análises. A proposta de analisar nossas implicações é uma forma de pensar, cotidianamente, como vem se dando nossas diferentes intervenções.” (COIMBRA e NASCIMENTO, 2007: 29)

Nesta perspectiva, pretendemos colocar em análise o lugar destinado à pessoa atendida pelo Patronato, o funcionamento desse estabelecimento com seu corpo técnico para prestar assistência, e o projeto cuja proposta inicial era a de atender as pessoas com vista ao resgate de sua cidadania e à garantia dos direitos humanos. Com isto, se faz necessária uma breve discussão sobre a criminalização da miséria relacionada à população atendida pela SEAP, bem como dos movimentos de assistência no país, sua genealogia, e das diferentes noções de direitos humanos e cidadania hoje presentes no cenário social. Tampouco o papel do psicólogo neste contexto pode ser omitido.

A encomenda inicial³ da coordenação do estágio era a de possibilitar aos estagiários conhecer a realidade do estabelecimento e da organização SEAP no dia-a-dia. Neste processo construiriam um trabalho inspirado no projeto de referência já existente nas outras unidades prisionais, com o objetivo de auxiliar as pessoas que passavam pelo Patronato (albergados e egressos) no seu caminhar em direção a certa autonomia no convívio social “extra-muros”. Que redes, para além dos muros, era possível fazer no intuito de auxiliá-los nesse caminhar?

O estágio era supervisionado por dois psicólogos da SEAP: uma psicóloga que nos orientava teoricamente com estudo de textos e de casos na própria Coordenação de Psicologia, e um psicólogo responsável pela operacionalização do projeto, que estaria conosco em alguns momentos no Patronato, sendo ele nossa referência no serviço. Ambos os supervisores nos auxiliariam na construção do trabalho. Além deles, compunham a equipe quatro estagiárias da pós-graduação de Psicologia Jurídica da UERJ e uma estagiária da graduação em Psicologia.

Já nas primeiras idas ao campo de trabalho soubemos que a maioria dos funcionários do Patronato eram inspetores de segurança de administração penitenciária (ISAP) exercendo funções administrativas. Pudemos perceber que esta peculiaridade trazia algumas dificuldades com relação ao serviço e impasses dentro da equipe de funcionários do Patronato, como, por exemplo, a forma hostil como alguns ISAPs tratavam as pessoas que lá compareciam para cumprir a determinação judicial e/ou obter informações e ajuda na vida pós-muros.

A experiência...

A equipe do projeto foi apresentada aos funcionários pela direção da unidade como sendo o “olhar da academia”, que estaria lá para “analisar e julgar” as ações dos funcionários e, a partir daí, dar-lhes um retorno sobre suas “falhas”, com o intuito de auxiliá-los na melhora do trabalho da equipe do Patronato. De imediato, houve um impacto e um certo constrangimento das novas estagiárias pelo modo como foram apresentadas, pois era uma percepção equivocada que gerou problemas do decorrer do estágio. O que se pretendia naquele momento era apenas conhecer a equipe e o dia-a-dia do Patronato para entender os seus movimentos e possibilitar análises pelo viés do “estar com”⁴ os atendidos e funcionários que compõem a instituição. Porém, a apresentação inicial como uma “equipe de especialistas” da academia, com seu “olhar de fora” e um saber pronto para ser aplicado sobre os trabalhadores, não só se configurava como obstáculo ao “estar com” como evidenciava outras demandas que atravessariam o trabalho. O constrangimento que se instalou entre a equipe do projeto e a equipe da instituição perdurou por certo período, trazendo uma atmosfera de incômodo.

Recorremos às considerações de Foucault a respeito do papel dos intelectuais ao longo da história e de sua relação com o poder para entender o que compõe o discurso da direção e como ele reverberou naquele plano. Segundo ele,

a politização de um intelectual tradicionalmente se fazia a partir de duas coisas: em primeiro lugar, sua posição de intelectual na sociedade burguesa, no sistema de produção capitalista, na ideologia que ela produz ou impõe (ser explorado, reduzido à miséria, rejeitado, "maldito", acusado de subversão, de imoralidade, etc.); em segundo lugar, seu próprio discurso enquanto revelava uma determinada verdade, descobria relações políticas onde normalmente elas não eram percebidas. Estas duas formas de politização não eram estranhas uma em relação à outra, embora não coincidissem necessariamente. Havia o tipo do intelectual "maldito" e o tipo do intelectual socialista. Estas duas formas de politização facilmente se confundiram em determinados momentos de reação violenta do poder, depois de 1848, depois da Comuna de Paris, depois de 1940: o intelectual era rejeitado, perseguido, no momento mesmo em que as "coisas" apareciam em sua "verdade", no momento em que não se devia dizer que o rei estava nu. O intelectual dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência. Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O

papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso. (FOUCAULT, 2003: 70-71)

Diante destas considerações podemos entender que o discurso proclamador do “olhar da academia”, de saber superior e anterior que iria identificar e avaliar falhas para uma suposta “melhora” no trabalho dos funcionários, não apenas está em consonância com a ideia do intelectual enquanto revelador da verdade e suas relações políticas, mas igualmente com o uso que o sistema de poder capitalista faz da figura do intelectual para barrar, proibir e invalidar o discurso e o saber das massas, ao representarem agentes da consciência. Portanto, colocar a equipe do projeto no lugar de especialistas coibia a liberdade do discurso dos funcionários, gerando um clima de desconfiança e mal-estar. Entendemos, como Foucault, que o trabalho do intelectual é inverso, caracterizando-se como luta contra as formas de poder na ordem do discurso, do saber. Justamente por acreditarmos em um “estar com” e na produção de conhecimento com os funcionários para potencializarmos esta luta é que entendemos que era preciso no dia-a-dia do trabalho desconstruir esta noção convocada pela direção e pelo próprio sistema prisional como exercício de poder.

Havia também um “clima” e uma “crença” de que uma assistente social na direção do estabelecimento facilitaria a implementação do trabalho. A expectativa era a de que os novos integrantes da equipe aproveitassem aquele momento de forma estratégica, para fazer acontecer o projeto e gerar mudança naquele cenário, mas sem muitos embates com sua dinâmica de funcionamento. No entanto, entendemos que era necessário perguntar-se: como gerar mudanças sem nem sequer conhecer a instituição? Era possível fugir aos embates da lógica prisional que alimentava o funcionamento da unidade? Por que a urgência em “aproveitar o momento”? Tal urgência trazia certo incômodo e, afinal, como e o que estava se produzindo naquele trabalho? Certa vez foi dito em reunião de equipe que “o ótimo é inimigo do bom”. Porém essa analogia em trabalhar com o possível parecia estar aliada a uma pressa por resultados, condição que se torna inimiga da formação de um campo de análise consistente para caminhar com o campo de intervenção.

Segundo Tedesco e Rodrigues (2009), uma postura ética pode se realizar pelo exercício crítico constante, pela necessidade de interrogar a universalização de noções, abrindo brechas para outras possibilidades de intervenção, outras políticas de

subjetivação. Imperam questionamentos sobre quais decisões somos convocados a tomar e com quais implicações temos que nos haver em nossas práticas ligadas a processos de produção de subjetividade. Neste prisma, princípios éticos não seriam verdades absolutas, mas possibilidades ao plano político no contemporâneo, à multiplicação de encaminhamentos para as problemáticas, expandindo as condições de possibilidades de pensar e agir. Portanto, para esses autores, a ética aparece como atitude crítica de si mesmo, através de situações que nos levam a uma reflexão sobre nossas ações, dada a necessidade de decidir como proceder da melhor forma possível diante de eventos inesperados que nos exigem a coragem de arriscar novos modos de agir frente as certezas destruídas por um julgamento anterior. Tomando esta ética enquanto constante interrogação de nossos atos, podemos pensar as experiências de desestabilização enquanto condição necessária para a experiência ética, não como negativa, mas experiência de crise como atitude crítica que garante a processualidade de si e do mundo. Ainda para os autores, o sujeito ético seria, então, aquele que, a partir de uma relação ética de transversalização do código vigente, um código moral, se produz pela equivocação das identidades e transformação do sujeito em uma dada experiência de si.

Apostando no valor deste exercício crítico constante e acreditando ser aquele momento valioso para analisar os exercícios de poder em jogo, percebermos uma demanda de análise de implicações da equipe de estagiários; porém isso era algo que ainda não chegara ao espaço de supervisão e discussão coletiva. Em alguns momentos havia uma tendência a acatar e responder às urgências que algumas forças convocavam. Forças ligadas à ideia de “oportunidade”, à ideia de necessidade urgente de ajuda a pessoas extremamente destituídas de recursos materiais, como muitos dos que atendemos. Porém, afetados por outros encontros com autores e vivências, podemos entender que esta urgência, ligada a um clima de carência, de falta, poderia levar perigosamente a posições alimentadas pelas ideias de assistencialismo.

Assistencialismo

Podemos perceber com autores como Coimbra, Monteiro e Mendonça Filho (2006), que no Brasil carregamos uma herança da ditadura civil-militar de despolitização das conquistas relacionadas aos processos de assistência. Neste período, a necessidade das forças sociais que ocupavam o governo de minimizar a força política

da população aparece aliada à necessidade do biopoder, de gerir a vida, adestrar os corpos, e não apenas impedir a capacidade de revolta. Conforme trazem Cruz e Guareschi (2009), com a crise do regime emergem movimentos de redemocratização do país que vão pensar a assistência a partir de outros referenciais, havendo uma substituição das noções de *benesse* e caridade por direitos e cidadania. Porém, este processo de mudança conceitual/prática na assistência encontrou certos desvios. O país enfrentava uma crise econômica que justificou um retorno da posição da assistência a programas sociais focalizados, de cunho assistencialista, ao invés de se expandir como política pública. Além disso, como também lembrado por Coimbra, Monteiro e Mendonça Filho (2006), a herança do período da ditadura guiou os movimentos de redemocratização pela aposta no fortalecimento de um estado democrático de direito e, com isso, numa assistência dependente de políticas estatais. Trazer para o plano de nossas análises a historicidade das políticas estatais no campo da assistência se faz necessário para configurar um caminho que nos indique composições entre o uso das políticas públicas e os movimentos e paralisações que ocorrem no Patronato e na temática da assistência à pessoa egressa do sistema prisional.

Para pensar os impasses que se formavam dentro da equipe em uma perspectiva ética foucaultiana, recorreremos a algumas ferramentas da Análise Institucional como, por exemplo, o da análise de implicações e da sobreimplicação para produzir o exercício crítico das práticas em questão. De acordo com Coimbra e Nascimento (2007), em situações-limite onde há atendimento a uma enorme demanda e se forjam urgências de soluções rápidas e competentes de casos, alguns dispositivos podem contribuir para a produção ou fortalecimento de processos de institucionalização de certas práticas/discursos, que podem dificultar a emergência de processos instituintes, de transformação. A noção de *sobreimplicação* nos dá essa dimensão dos processos de institucionalização que, segundo as autoras, pode ser descrito como uma dificuldade de análise que, mesmo quando realizada, pode considerar como referência apenas um único nível, um só objeto, o que impossibilita que outras dimensões sejam pensadas, que as multiplicidades se façam presentes, que as diferentes instituições sejam consideradas. Ainda para as autoras, existem dois dispositivos que interferem na manutenção da sobreimplicação e que consideramos relacionados às questões apresentadas na experiência relatada. São eles o acúmulo de tarefas e a rapidez em dar respostas competentes tecnicamente, que se vêem atravessadas pela

(...) afirmação do Estado Mínimo, a falta de políticas públicas efetivas, a marginalização impiedosa dos excluídos do trabalho, o fortalecimento do paradigma da insegurança e do medo, a compressão tempo-espço, a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, valores e práticas estabelecidas, a imposição de uma sociedade do descarte, os discursos sobre eficiência, leis de mercado, competitividade, privatizações, livre comércio,...(COIMBRA e NASCIMENTO, 2007: 30)

Tais dispositivos reforçam o engessamento do profissional que não está atento para a análise de suas implicações. Ainda de acordo com Coimbra e Nascimento (2007), esta urgência e volume de tarefas tornam o profissional sempre ocupado e preocupado, priorizando a técnica, “o que fazer” e o “como fazer”, deixando de olhar o “para que fazer?” Citando Rolnik (1989), elas apontam que

quanto maior [sua] desorientação, maior a vulnerabilidade a se deixar capturar pelo amparo que as centrais de distribuição de sentido e valor oferecem, investindo-o de um suposto saber(...) ele vai sendo cada vez mais desconsiderado. Por sua vez, mais enfraquecida fica a potência de criação do desejo, mais intimidado e amortecido o gesto criador. Mais se acentua a desorientação (COIMBRA e NASCIMENTO, 2007: 31).

As autoras afirmam ainda que a sobreimplicação leva a um processo de ativismo, expressão cunhada por Lourau e interpretada pelas autoras como uma atividade compulsiva, sem nenhuma produtividade, porém entendida como um exercício de verdade. Corre-se o risco de os profissionais perceberem-se como “experts”, assumindo a responsabilidade por tudo, passando a carregar sobre seus próprios ombros todas as soluções. Fruto do culto aos especialismos, este ativismo esvazia as possibilidades de produção coletiva e coloca o próprio profissional em uma situação de sacrifício, culpa e obrigação. Presos a essas amarras da sobreimplicação, os profissionais ficam impossibilitados, em muitos momentos, de utilizar o tempo de trabalho para pensar e analisar suas práticas. Com isso, as autoras afirmam que “os espaços coletivos de discussão vão se esvaziando, cada vez mais se tornam difíceis de sustentar, de serem mantidos[...] As circunstâncias vividas podem trazer uma forte individualização das ações, impedindo outras relações de trabalho, outros sentidos e práticas mais coletivas.” (COIMBRA e NASCIMENTO, 2007: 33).

Destacam também que a sobreimplicação não é uma questão pessoal/individual, que nos remete ao lugar que normalmente ocupamos, mas “atravessada/constituída pela e na história”, sendo, portanto, múltipla e paradoxal, pois ela pode, em determinadas ocasiões, impulsionar processos de trabalho extremamente prazerosos e que trazem alegria, afecção e transformação.

Nosso objetivo ao trazer esta análise é o de pensarmos na complexidade do trabalho junto aos técnicos do Patronato, como também no trabalho da própria equipe do projeto que, diante do ativismo e da urgência, acabam por produzir o enfraquecimento dos espaços coletivos de discussão e produção de um saber/fazer cuidadoso. Ao se inserir num campo de trabalho que lida com situações-limite de sobrevivência, com pessoas que estão em contato frequente com a miséria e carregam uma representação, na lógica capitalista da falta, de desprovidos e de incapazes, muitas vezes o psicólogo esbarra no perigo de embarcar nesta lógica e assumir o papel do ativista. A afetação com este contato e com as demandas que nos chegam pode nos levar a uma sobreimplicação como a descrita por Coimbra e Nascimento.

Concomitante à execução das tarefas delegadas pela coordenação do projeto, surgiam reflexões, questionamentos e o temor de cair em armadilhas da sobreimplicação. Além disso, permanecia a necessidade de parte da equipe do estágio de compartilhar tais reflexões em supervisão, analisando as demandas endereçadas pela direção do estabelecimento.

Inicialmente foi pactuado que as tarefas demandadas pela coordenação do projeto se dariam em duas frentes de trabalho: uma que aconteceria no hall de entrada, usado como “sala de espera”, com as pessoas encaminhadas ao Patronato: um espaço de conversa no qual seria apresentando o projeto já realizado nas outras unidades prisionais e, em seguida, propostas discussões sobre temas que pudessem suscitar interesse, envolvendo saúde, empregabilidade, dificuldades na saída do sistema prisional, entre outros. Além disso, haveria acolhimento às pessoas que solicitassem atendimento individualizado em uma sala improvisada, espaço localizado do lado de fora do prédio principal, onde funcionava uma biblioteca. A outra frente de trabalho se caracterizava pelo fortalecimento da rede de assistência junto às instituições públicas e/ou privadas para apoiar os encaminhamentos necessários a essas demandas, a partir de visitas institucionais e contatos telefônicos com Organizações Não Governamentais (ONGs), cooperativas e órgãos públicos como abrigos, Centros de Referência da Assistência Social (CRASs) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPSs) para fortalecer e/ou iniciar parcerias no atendimento dos que procuravam o serviço. Estes poderiam também solicitar atendimento individual com a equipe do projeto para traçar um plano de assistência.

Havia uma expectativa por parte da equipe de que este movimento “de fora” daria vida ao Patronato e produziria uma assistência em maior escala, servindo como um estímulo à pessoa egressa e tornando o local mais acolhedor. Cabe ressaltar que na dinâmica do estabelecimento, a pessoa que chega pela primeira vez ao Patronato faz seu cadastro e agenda as próximas idas para declarar sua situação junto ao setor de fiscalização de penas; em seguida, é encaminhada ao serviço da equipe técnica que faz o trabalho de orientação e assistência, possibilitando um contato com a rede externa através de encaminhamentos. Esta dinâmica de atendimento trazia insatisfações tanto à equipe técnica como aos atendidos, percebidas pela equipe em conversas com os dois grupos.

Além das insatisfações dos que lá trabalhavam e/ou eram atendidos, as dificuldades de infraestrutura para realizar as tarefas que eram demandadas também incomodavam a equipe do projeto: não havia local adequado para a guarda de seus pertences e do material de trabalho, o atendimento acontecia em uma sala que não era própria e organizada para o acolhimento, além da dificuldade de acesso aos meios de comunicação, como telefone e internet para contatos externos, dentre outros. Esta precariedade interferia diretamente no trabalho.

Certa vez, foi observado pela equipe do projeto que larvas de bichos saíam de dentro das paredes externas do pátio. Era um misto de repartição pública com o arditatorial do sistema prisional, representado por um grande portão de grade logo na entrada, muros altos e latões de lixo no pátio interno, dando um aspecto de sujeira ao local, parecido com os presídios. Tais observações refletiam o descaso do poder executivo não só com as condições de um estabelecimento que se propõe a “alterar o atual quadro de exclusão social, fornecendo subsídios para viabilizar o exercício de sua plena cidadania [do egresso]” (Relatório do MJ/DEPEN, 2008), mas também com as condições de trabalho de seus próprios funcionários - uma realidade bem distante dos luxuosos prédios e equipamentos do poder judiciário, órgão que tem, como atribuição legal, fiscalizar e acompanhar as condições da execução penal, inclusive da assistência prestada aos egressos.

Remetendo-nos a esse quadro de penúrias e aos processos de produção de subjetividades criminosas ou carentes endereçados às pessoas atendidas, evocamos as análises de Wacquant (2001, 2003) a respeito da prisão enquanto depósito de refúgio humano e à aposta no Estado Penal com o inchaço da máquina judiciária, passando pelo definhamento de um Estado caritativo que utiliza um assistencialismo burocratizado como

instrumento de controle. E, ainda, nos deparamos com as produções de subjetividade que vitimizam e despotencializam os atendidos no Patronato através de conceitos como “marginal” e “excluído”, para justificar uma miserabilidade que é produzida social, econômica, política e subjetivamente.

Processos de criminalização e violação de direitos

Pensando ainda sobre as produções de subjetividades criminosas, recorreremos a Foucault (1997) que, com seu estudo sobre a genealogia da prisão, nos oferece ferramentas para analisarmos as forças ainda hoje presentes neste dispositivo. Foucault (1997) nos alerta que já com sua expansão em meados de 1800, “a prisão é imediatamente denunciada como um instrumento que, às margens da justiça, fabrica aqueles que essa mesma justiça mandará encarcerar, uma ou mais vezes”(FOUCAULT 1997: 30). Tais críticas deram origem a uma reforma no sistema interno da prisão que não cessou de produzir delinquência, porém deixou marcas percebidas ainda hoje no sistema prisional através de “três aspectos principais: isolamento completo ou parcial dos detentos no interior das prisões (discussões em torno dos sistemas de Auburn e da Pensilvânia), moralização dos condenados através do trabalho, da instrução, da religião, de recompensas, de reduções de penas; desenvolvimento das instituições parapenais de prevenção, de recuperação, ou de controle.”(FOUCAULT, 1997: 30-31)

Além destas, Foucault (1997) nos oferece outras pistas que podem contribuir com nossas análises, como a produção, no período da reforma, de um “estatuto antropológico ao círculo carcerário” que convoca “uma “ciência dos criminosos” que possa caracterizá-los em sua especificidade e definir os modos de reação social adaptados a seu caso. A classe dos delinquentes - à qual o circuito carcerário concedia ao menos uma parte de sua autonomia, e cujo isolamento e enclausuramento era ao mesmo tempo assegurado - aparece, então, como desvio psicossociológico. Desvio que provém de um discurso “científico” (onde vão se precipitar análises psicopatológicas, psiquiátricas, psicanalíticas, sociológicas); desvio sobre o qual será levantada a questão de se a prisão constitui precisamente uma resposta ou um tratamento apropriado.” (FOUCAULT, 1997: 31)

Foucault (1997) afirma ainda que apesar de a prisão ter recebido diversas críticas já ao iniciar sua expansão, ela vai se configurar como principal opção de escolha penal

por ter “a vantagem de produzir delinquência, instrumento de controle e de pressão sobre o ilegalismo, peça não negligenciável no exercício de poder sobre os corpos, elemento dessa física do poder que suscitou a psicologia do sujeito” (FOUCAULT, 1997: 43).

Considerando que um dos braços da gestão contemporânea da miséria é o encarceramento, a gestão dos corpos, o poder disciplinar, percebemos que este opera pelo controle e armazenamento, mais que pela reutilização. Com as contribuições de autores da criminologia crítica moderna e da psicologia social como Rauter (1989, 2003, 2007), Batista (2008) e Wacquant (2001, 2003), podemos afirmar que diante da separação entre o social e econômico, o sistema capitalista contemporâneo trabalha com a individualização do crime e da pobreza na produção de um controle social mais eficaz.

Segundo Wacquant (2003), no capitalismo neoliberal há um discurso anti-estatal e, ao mesmo tempo, o uso de uma força repressiva estatal a serviço de interesses seletivos na manutenção do sistema capitalista. Há o enfraquecimento do estado caritativo e aumento do estado-penal, gerando uma espiral de violência pelo aumento da taxa de pobreza e da força estatal repressiva. Além do encarceramento, outra ação da política estatal de criminalização para o controle da miséria explicitada por Wacquant (2003) é o uso de instrumentos da política de assistência social vinculada a normas de conduta e cumprimento de obrigações burocráticas. Nesta nova política neoliberal que reforça o estado-penal vemos um resíduo do estado-providência, caritativo, ligado a um assistencialismo moralizante, religioso, para remediar a miséria extrema, fazendo uso da idéia de pobreza como carência individual. Desse modo, torna-se útil trabalhar em prol da seletividade assistencial de parcelas pobres da população, consideradas “merecedoras” e que podem ser resgatadas ao mercado de trabalho.

Retomando a dinâmica de funcionamento do Patronato, ao chegarem a essa instituição as pessoas eram recebidas por um ISAP, responsável pelo setor denominado Triagem, que dava informações e organizava a ordem de atendimento. Algumas vezes ocorriam situações que faziam emergir as relações de poder entre presidiários e inspetores, fortemente presente nas prisões e que ressoavam naquele estabelecimento. Situações de constrangimento e repressão às pessoas que ali estavam para serem atendidas e que, muitas vezes, tinham sua humanidade desconsiderada. Este cenário, por si só, já coibia a circulação dos atendidos no espaço, teoricamente voltado para lhes prestar assistência.

O fato de a equipe funcionar em uma sala anexa, anterior à entrada do prédio principal, a transformava em uma porta de acesso menos intimidadora. Estava literalmente “do lado de fora”, sem qualquer ISAP por perto ou regras de conduta coladas nas paredes. Certa vez, uma mulher entrou na sala exclamando que havia solicitado ao responsável pela recepção contato com a assistente social para falar sobre um jovem egresso que se encontrava no portão da unidade, mas que, por estar de bermuda, não pôde entrar. Desejava que a assistente social fosse ao portão ouvir o que o jovem tinha a dizer, porém seu pedido foi veemente recusado pelo funcionário. Uma das estagiárias do projeto, ao acompanhá-la até o funcionário, lhe perguntou sobre o acontecido e o mesmo, mais uma vez, se recusou a chamar a assistente social alegando, em tom agressivo, que não iria interromper o atendimento da funcionária para atender outra pessoa do lado fora da unidade. O tom de seu discurso parecia indicar que a assistente social e seu trabalho não poderiam ser incomodados em sua rotina, mesmo se tratando de um atendimento a uma pessoa tida como sua cliente. Tal postura nos remete à representação, por parte do funcionário, do lugar de saber/poder encarnado no técnico, que legitimava a desconsideração da necessidade de atendimento do jovem egresso.

Diante do impasse, integrantes da equipe do projeto se dirigiram ao lado de fora para saber com o jovem do que se tratava. Estava acompanhado de uma moça e desejava informações a respeito do seu processo, pois estava em atraso com as apresentações no Patronato e desejava regularizá-la, uma vez que sua frequência é informada ao juiz da Vara de Execuções Penais em cumprimento a uma das regras do livramento condicional. Na cena, o jovem mostrava-se um pouco reticente e sua acompanhante, assim como a mulher que solicitara a presença da assistente social, insistiam para que ele resolvesse sua situação. Relatou ele então que seu não comparecimento ao Patronato se devia ao fato de estar morando em outra cidade e não ter dinheiro para a passagem, o que inviabilizava o comparecimento nas datas agendadas. Foi informado de que pelas regras do Patronato não poderia entrar de bermuda e que o atraso nos comparecimentos poderia levá-lo a ser considerado foragido e, conseqüentemente, a ter suspensa a sua liberdade condicional, podendo retornar à prisão, conforme descrito na Cartilha do Egresso⁵. Disse ter conhecimento disso, o que o deixava receoso de entrar no Patronato e ser preso - receio plausível, pois no estabelecimento circulavam histórias em que tal situação ocorrera com outros egressos. Ao localizar o seu processo, foi esclarecido por um funcionário da administração que

seu caso só poderia ser resolvido em outro estabelecimento da SEAP, e que ainda teria prazo para regularizar sua ausência sem o risco de ser preso novamente. Com o retorno das informações, o jovem que aguardava do lado de fora agradeceu e seguiu, parecendo disposto a conseguir uma calça e resolver suas pendências.

Muitas eram, por sinal, as histórias de pessoas que não conseguiam cumprir o livramento condicional por falta de dinheiro para se deslocar até o Patronato⁶. Diante destes relatos é preciso se perguntar sobre a finalidade do Patronato: que tipo de assistência estava sendo prestada ali? Como profissionais da saúde cabe-nos questionar: como dar assistência, produzir cuidado, sem acolhimento? Como pretender ser um local de auxílio, se a lei e a ordem devem imperar sobre todas as outras coisas? Como uma pessoa com dificuldades de cumprir uma sentença por conta de fragilidades sociais acaba retornando para a prisão sem ter cometido qualquer delito?

Durante o período de estágio, muitas pessoas que procuravam a equipe para atendimento solicitavam informação sobre seu processo, pois não entendiam de leis e de direitos, muito menos da burocracia da SEAP; assim, não carregavam consigo informações a respeito das consequências do descumprimento de obrigações que sequer sabiam ter. Cabe ressaltar que a circulação de informação para o egresso dentro do Patronato se dá, prioritariamente, por meio da comunicação escrita, através de cartazes nas paredes e da cartilha ao egresso. Se considerarmos que, de acordo com o InfoPen⁷, a maioria dos presos não tem o ensino fundamental completo e grande parte deles são analfabetos funcionais, privilegiar este tipo de comunicação revela um descompromisso com a efetividade da informação, o que pode sinalizar mais um dispositivo da engrenagem carcerária com o poder de fazer voltar para a prisão uma pessoa analfabeta que sequer cometeu qualquer crime.

Além dessas, outras engrenagens são postas em ação: constatam-se, por exemplo, entraves burocráticos referentes à liberação de documentos como título de eleitor e CPF, essenciais para se conseguir um emprego formal⁸. Nestes casos, podemos perceber que um direito básico da pessoa egressa do sistema prisional se encontra prejudicado por um serviço extremamente burocratizado e totalitário. Trata-se, inclusive, de uma sucessão de violações: o título de eleitor cassado quando do ingresso no sistema prisional, além de suspender o direito ao voto, torna-se um enorme problema na busca de emprego para o egresso do sistema. Quanto menor o acesso de uma pessoa à instrução educacional formal, mais facilmente a máquina burocrática do sistema prisional a devolve ao cárcere. Consideramos que tais exigências são violências às

peçoas que saem de uma instituição total com laços sociais extremamente fragilizados, muitas vezes sem rede familiar, sem emprego e sem moradia.

Estes são apenas alguns exemplos de violação de direitos por parte do Estado que demonstram explicitamente a perversidade do sistema penitenciário. As exigências desse sistema foram criadas para serem descumpridas, pois apresentam muito mais dificuldades que facilidades para serem atendidas. Acarretam, por vezes, o retorno das pessoas à prisão, engrossando as estatísticas de reincidência. Ressalte-se que não se trata aqui de reincidência criminal, pois não há cometimento de novo delito.

Burocratização: a tirania sem tirano.

Nas engrenagens de violação de direitos e de dominação, um componente que parece ter lugar cativo é a burocratização. Explicitamos o uso da burocracia com o auxílio de Wacquant (2003), ao afirmarmos que a política estatal de criminalização condiciona o acesso à assistência social a normas de conduta e ao cumprimento de obrigações burocráticas onerosas e humilhantes, tornando os serviços de assistência instrumentos de vigilância e controle. Podemos entender, ainda com Wacquant (2001, 2003), a tendência do sistema prisional em favorecer o retorno à prisão, num processo autofágico que perpetua um ciclo de violação de direitos e criminalização. Batista (2008) também colabora para as análises aqui pretendidas com a noção de “ilusões re”, ao afirmar que o slogan de ressocialização que sustenta a existência do Patronato serve a medidas de contenção social com critérios de seletividade.

Também Hannah Arendt (2011) contribui em nossas análises sobre o operar da burocracia nos serviços da equipe técnica responsável pela assistência no Patronato. De acordo com a filósofa alemã, a burocracia seria, talvez, a mais eficaz forma de dominação, pois ela se define no domínio de um sistema intrincado de departamentos onde os homens não podem ser tomados como responsáveis pelas ações, configurando-se como Domínio de Ninguém. Apresenta-se como o mais tirânico dos domínios, se considerarmos tirania o governo que não presta contas a respeito de si mesmo, pois não há a quem se possa questionar e exigir uma resposta pelo que está sendo feito. A burocracia, pela especialização do cumprimento das ordens, tira a capacidade de julgar e se apropriar das próprias ações do sujeito, que vai sendo engolido pela compartimentação das decisões, das ações, onde ninguém tem a responsabilização pelos

componentes. Há a transformação de governo, governabilidade, público, político, em mera administração. Em síntese, a burocracia é a forma de governo na qual todas as pessoas estão privadas da liberdade política, do poder de agir, onde todos são igualmente impotentes - uma tirania sem tirano, em suma.

Colocando em destaque a característica de organização do trabalho no Patronato, com as exigências de uma formatação burocrática que produza de forma eficiente, do preenchimento de inúmeros prontuários e feitura de exames criminológicos⁹, podemos entender que esta burocracia tem seu caráter utilitário: o de tirar a potência política não apenas dos atendidos, mas também dos trabalhadores, através da compartimentalização e individualização do serviço prestado. Os funcionários, ao permanecerem em salas individuais, sem reuniões de equipe, com poucos espaços de troca, preenchendo formulários padronizados, se encontram sob um controle otimizado e perdem a possibilidade de criar, junto às pessoas atendidas, alternativas de assistência que visem ao cuidado de si.

Movimentos de resistência e ética do cuidado de si

Além destas, outras violências se faziam presentes, como será descrito nos casos a seguir. Certa vez, um rapaz em cumprimento de livramento condicional foi encaminhado ao projeto por uma das assistentes sociais do Patronato, que alegava estar o mesmo revoltado e resistente a receber ajuda da equipe técnica, necessitando de atendimento psicológico. No entanto, o que ele expressou foi que, com a prisão, havia perdido os laços familiares, não tinha amigos e pessoas a quem recorrer para ajudá-lo, não sabia ler e não tinha profissionalização. Saiu sem documentos, sem moradia e sem qualquer ponto de apoio, a não ser um conhecido, amigo de um amigo que fizera na prisão, que o empregara como camelô. Segundo ele, seus ganhos financeiros mal davam para custear sua alimentação e estava à beira de ser despejado. Queixou-se de que seu tempo estava sendo tomado, um tempo que, naquele momento, se configurava como escasso e utilizado para se manter. Um tempo que ele já “perdera” ao atender às burocracias do judiciário, sendo agora tomado por uma pretensa assistência do Estado, principalmente a de moradia, que dificilmente seria atendida¹⁰. Ao esbarrar com esse encontro, o questionamento sobre o lugar a ocupar no Patronato e sobre a assistência que estava sendo oferecida pelo Estado ao egresso passou a acompanhar frequentemente parte da equipe do projeto. Como produzir um cuidado com essas pessoas no sentido de

empoderá-las¹¹, de auxiliar na mudança das relações de poder que, em se tratando de pessoas egressas do sistema prisional, beiram os estados de dominação? Como dar assistência no sentido de ajudá-las a criar outros modos de vida? Como produzir ali um cuidado que não as encaixasse nos lugares de revoltadas ou despertencidas? O relato deste egresso evidencia a dificuldade de praticar uma assistência que rache a lógica criminalizante/assistencialista e possa criar espaços de diálogo, de produção coletiva naquele estabelecimento.

Tedesco e Rodrigues (2009) nos alertam para dois perigos ao ocuparmos lugares de poder, como os de psicólogos e assistentes sociais, que precisam ser destituídos se pretendemos um trabalho ético. São eles: as práticas que servem para fazer o sujeito produzir-se como integrante natural das estruturas sociais e, quando não compatível com elas, passível de cuidados especiais (“assistências”), mantendo assim os elos entre as estruturas sociais e a vida moral das pessoas. É o elo necessário entre verdades científicas e atitude moral, incluídas aí as verdades “psi”, que também entram ditando normas por serem consideradas o *locus* privilegiado para descobrir e dizer a verdade “dos” e “para” os homens - práticas de cuidado que dão suporte ao governo dos homens na atualidade. Como vimos acima, estas práticas assistenciais que pretendem produzir sujeitos passíveis de cuidados especiais estão presentes tanto na obrigatoriedade da pessoa egressa passar pelo serviço dos técnicos pré-determinado pela instituição, como no enunciado da técnica ao encaminhar à psicóloga o rapaz pretensamente “revoltado” e, conseqüentemente, necessitado de um cuidado ainda mais especializado. Tal fala também nos remete às afirmações sobre as verdades “psi” enquanto privilegiadas na descoberta de “verdades íntimas”.

Entendendo que, como sujeitos egressos do sistema prisional, como pessoas que muitas vezes têm coladas em si um modo “presidiário” endurecido, e sem negar as desigualdades sociais nas quais estamos inseridos, podemos, como psicólogos e profissionais da assistência, auxiliá-los na prática de um cuidado de si, como um acompanhante neste processo. Seria algo possível dentro do Patronato, dentro da SEAP?

Tedesco e Rodrigues (2009) também colaboram conosco nesta questão ao explicitarem os possíveis usos da moral e sua relação com as práticas de si¹², tal como mencionado por Foucault: “...falar em moral é falar em três esferas: em regra de conduta, em conduta apresentada face à regra e em como é preciso conduzir-se. Esta última seria a “maneira como se deve constituir a si mesmo como sujeito de uma

condução moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código.” (Foucault, *apud* Rodrigues e Tedesco, 2009: 79). A esta relação a si, Foucault chama de *modos de subjetivação*, ou seja, “a maneira como o sujeito se produz na sua relação com o código”, como compreende os efeitos sobre a subjetividade das experiências, práticas e atos que os códigos lhe provocam, “as transformações que emergem no si a fim de lidar com o código” (Foucault, *apud* Rodrigues e Tedesco, 2009: 79-80). Portanto, para os autores é importante atentar às diferentes maneiras possíveis de um indivíduo se constituir em relação a um código moral, entrando a ética como possibilidade de disparar modalidades inventivas nessa própria constituição.

Ainda Tedesco e Rodrigues (2009) apontam para as diferentes maneiras de um indivíduo se constituir em relação a um código moral, quando a ética se torna possibilidade de esclarecimento das modalidades inventivas de constituição de si. Essa relação a si não é simplesmente consciência das leis e normas, ou consciência de si como processo de conhecimento de sua verdade, mas como atitude crítica, na qual a pessoa pode deslocar-se da posição de pura subordinação a determinados preceitos e tomar decisões sobre o modo de conduzir-se moralmente. Citando Ewald (1984)¹³, eles colocam que a regra não desaparece, mas é o sujeito que se dá a regra em função de certa estilística da existência, ao invés de a regra se impor a ele. Tal processo permite ao sujeito se esquivar da submissão completa às normas prescritivas, criando novas relações com elas para a construção dos atos morais que melhor lhe convenham. Neste sentido, podemos falar em liberdade via caráter ético, com a criação de novas formas para o viver. Portanto, o trabalho do psicólogo dentro do campo da execução penal, assim como no da assistência, para se propor libertário e ético, precisa caminhar no sentido de acompanhar o cliente, oferecendo-lhe ferramentas para a construção coletiva de novos modos de si. Isso pode se dar através de uma atitude crítica que leve à compreensão dos efeitos das produções emergentes nas relações de si com os códigos morais, para que haja maior liberdade de se autoconstituir nas relações.

Tedesco e Rodrigues (2009) alertam ainda que as associações de práticas de si com regras, de forma subserviente, diminui o grau de liberdade do ato moral, o que o distancia da ética e estimula uma conduta normatizada e processos de subjetivação legislados. Os autores lembram, com Foucault, que é frente aos jogos de verdade produtores da criminalidade que o sujeito que comete o crime é também produzido. As verdades ditas sobre o sujeito geram crenças sobre si e eventualmente conduzem esse mesmo sujeito a modos de subjetivação normalizadores. Logo, pela relação que se

estabelece com as normas que distinguem as categorias, que normalizam, somos produzidos como participantes de uma ou outra dicotomia categorial através de relações de reciprocidade que constituem jogos de verdade, e com isso, o nosso saber, tanto sobre a realidade empírica quanto sobre nós mesmos.

Considerando que estas duas possibilidades de práticas de si coexistam, próximas ou não da ética, cabe ao profissional que se propõe a atuar na rarefação do processo de criminalização das pessoas egressas do sistema prisional, favorecer as práticas de si enquanto cuidado ético de si, enquanto sujeitos da própria existência, para que se desviem de experiências de submissão e crença nas verdades produzidas sobre si.

Outra importante discussão para nosso tema, também trazida por Tedesco e Rodrigues (2009), se refere ao conceito de liberdade. O que seria colaborar com processos libertários? De que se trata aqui, ao falar em liberdade? Para os autores, há uma importante diferença entre a liberdade entendida na modernidade a partir do direito romano e a liberdade pensada na perspectiva do cuidado ético de si. De acordo com a primeira, a liberdade seria um bem, algo a possuir, algo natural, parte de uma essência que teria sido subtraída do homem por processos históricos, econômicos e sociais de repressão. Seria preciso romper com estes mecanismos de repressão para obter de volta a liberdade, fronteira com a liberdade das outras pessoas. Portanto, caberia ao Estado mediar estas fronteiras entre as liberdades individuais, assegurando-as e, ao mesmo tempo, reprimindo. Ao citar Rajchman (1993), os autores afirmam que esta concepção é paradoxal, pois entende a liberdade como propriedade que pode ser ao mesmo tempo reprimida e/ou liberada a partir do Estado, que assegura e impõe limites à liberdade de cada sujeito.

Na outra visão, da ética do cuidado de si, a liberdade é vista e praticada como o exercício “através do qual questionamos a maneira como fomos constituídos enquanto sujeitos [...] deve ser entendida como prática de liberdade, ou seja, como exercícios de si sobre si, através dos quais o indivíduo ou o coletivo procuram se transformar e atingir um certo modo de ser.” (TEDESCO e RODRIGUES, 2009: 86). A liberdade não estaria atrelada a uma legalidade que dita quem somos e como devemos ser, mas a uma prática, nunca inerente à estrutura das coisas, mas um exercício de atitude crítica, de problematização. Assim, praticar a liberdade se torna o ato de elaborar novas regras para o viver, regras facultativas e singulares, indicações, que estejam sempre sendo interrogadas e transformadas. Logo, as leis e normas aparecem como efeito destas

práticas de liberdade, institucionalizações destas práticas, e não como reguladoras de uma liberdade natural.

Nesta perspectiva, estados de dominação não são o mesmo que relações de poder. Estas, às vezes produzem dominação. Nos estados de dominação há relações de poder, há movimento de forças, porém em algumas ocasiões certos instrumentos de poder podem bloquear o plano das forças – as relações de poder se cristalizam e são bloqueadas, tornando-se imóveis. Em situações nas quais um indivíduo se coisifica, ficando completamente à disposição de outro, incidindo sobre ele uma violência infinita e ilimitada, não há relações de poder. Para haver relações de poder é preciso haver resistência e, portanto, liberdade, resistindo pela possibilidade de agir diferente e produzindo alterações na dessimetria do poder. Portanto, para os autores, a resistência se configura como um fazer circular as posições nas relações de poder, de forma a possibilitar aos sujeitos evitarem os abusos de poder e, em extremo, os estados de dominação. Considerando que o *status* de preso carrega um estado de dominação extremo e entendendo que, como egresso, há uma possibilidade maior de resistir, de fazer novamente circular as forças de poder, o trabalho do psicólogo junto a ele pode ser um trabalho possível, mais potente na construção de liberdades.

Retornando ao atendimento do jovem considerado “revoltado”, explicitado anteriormente, ao colocar sua recusa à assistência ofertada pelo Patronato - uma assistência que muitas vezes se caracterizava como mantenedora de um estado de dominação -, o egresso talvez tenha praticado um movimento de resistência, de liberdade, de tomada de poder, na decisão de não querer a ajuda de representantes de um Estado assistencialista, caritativo e ao mesmo tempo repressor.

No entanto, olhando com mais minúcia, percebemos brechas neste quadro que se apresenta como criminalizante e totalitário no atendimento ao egresso. O chamado do outro jovem que aguardava no portão pela assistente social indica o reconhecimento de que existe, sim, uma possibilidade de parceria, de escuta ao problema e de ajuda numa solução. Chamado que também se fez quando a mulher entrou na sala à procura de outras possibilidades de acesso a um auxílio, a uma parceria. E a esses chamados houve escuta e encontros. No movimento da equipe do projeto - saída da sala ao lado de fora do prédio, em busca de informações nos diferentes setores para prestar um melhor atendimento -, assim como no movimento de funcionários, que pararam seus afazeres protocolados para auxiliar nas informações, realizando ações que não fazem parte do

papel já instituído, se produziram resistências e rachaduras neste macrossistema endurecido do serviço.

Havia histórias de pessoas que saíram do cárcere e conseguiram se inserir no mercado de trabalho, ingressar na faculdade, como no caso de uma mulher que fez a prova do ENEM dentro da prisão e passou para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e que, após ser encaminhada a uma ONG para um projeto de empregabilidade, conseguiu se inserir no mercado formal de trabalho.

Porém, casos como esse ou apenas de inserção na rede de trabalho formal são minoria e não representam uma possibilidade efetiva para a grande maioria da população encarcerada. Apesar de representarem um escape às estatísticas e previsões, estes “exemplos de sucesso” não podem ser tomados como argumentos para discursos do tipo “quem quer consegue”, que reforçam as ilusões de empenho individual como único requisito para o sucesso, ditadas pelo individualismo do capitalismo neoliberal.

Marcas visíveis do endurecimento impositivo presente no Patronato compareciam na sala de espera. As pessoas que aguardavam o atendimento mantinham-se sentadas em longos bancos de madeira enfileirados, parecidos com os de uma igreja, para depois seguirem sentados numa outra fila de cadeiras dispostas de frente para a parede em um corredor estreito, muitas vezes mudas e de cabeça baixa. Regras como o controle da vestimenta e proibição do uso de celular, expressos nos cartazes colados nas paredes, impunham uma atmosfera de controle, levando a disciplina aos encaminhados ao serviço. Tais imperativos não pareciam fazer sentido, uma vez que a clientela do Patronato é composta de pessoas que já se encontram em liberdade condicional ou regime aberto. Porém a lógica punitiva da prisão permanecia produzindo subjetividades que as mantêm no lugar de “ex-presos” com todo o peso que este *status* carrega. A produção dessa subjetividade “presidiário”, presente no Patronato, evidencia um paradoxo de sua existência e regulamentação, já que sua função, prevista na lei, é a de dar assistência aos albergados e aos que já obtiveram sua liberdade. Paradoxo que, como vimos com Coimbra, Monteiro e Mendonca Filho (2006), Wacquant (2001, 2003) e Rauter (2003, 2007), obedece a uma lógica clara: a da manutenção da criminalização e da opressão das camadas mais pobres da sociedade. Portanto, mesmo com possíveis escapes, este órgão serve predominantemente à política estatal dominante.

Convocamos Coimbra, Nascimento e Lobo (2008) para entendermos melhor algumas relações das políticas estatais neste Estado Penal atual e como o Patronato nelas se produz. Segundo as autoras:

Lá se foram os anos em que desejávamos as rupturas. Hoje as subjetividades estão mergulhadas no tempo das reformas, ou seja, da permanência aperfeiçoada das mesmas instituições, consideradas em si necessárias, definitivas, imprescindíveis ao progresso da humanidade. Hoje se criou toda uma máquina jurídica: da hipo-suficiência, da vulnerabilidade, da vitimização, das deficiências. Estas seriam compensadas pela máquina estatal e judiciária como um poder de soberania – de soberanos vitalícios que são os juízes, promotores nos tribunais, os chamados na contemporaneidade operadores de direito e do Ministério Público – para manter o equilíbrio instável do paradoxo capitalístico, capital e miséria. Para isso é preciso criar o mínimo, que seria o mínimo necessário ao consumo, que sempre produzirá o balanceamento entre a falta e o gozo, entre o pedido e o favor. Nunca o máximo, a completude do inacabamento, a razão de ser da própria liberdade e da vida. Sempre o mínimo: o salário mínimo para "proteger" o trabalhador, a bolsa mínima para "reparar" o dano da miséria; ou seja, os diferentes programas assistenciais compensatórios. Para haver reparação, recuperação, reabilitação, restabelecimento é preciso instaurar o dano e produzir a vulnerabilidade, assim como os especialistas da insuficiência que acreditam em todas essas "ilusões re".¹⁴ Daí o medo da insegurança, não mais do que pode acontecer no futuro, mas no presente, o medo que nos acossa a cada momento, obrigando-nos a buscar abrigo na esperança de dias melhores, aplacando a potência de agir e de inventar, através da obediência e do conformismo. (COIMBRA, LOBO e NASCIMENTO, 2008: 97)

Cada vez mais, o Patronato aparece como uma engrenagem da máquina estatal compensadora, garantidora de um mínimo e, ao mesmo tempo, controladora do equilíbrio no neoliberalismo, o que não elimina a possibilidade de se construírem brechas para produções de liberdade, movimento, positividade em sua dinâmica de funcionamento.

A localização da sala de trabalho da equipe do projeto, fora do interior da unidade, portanto “na margem”, também falava do seu *status* por lá. O posicionamento da direção da unidade - *Vocês não são daqui, vêm de fora observar, não pertencem* - foi visto, por parte da coordenação do projeto, como uma vantagem, pois ocupar o lugar de estagiário, de não pertencente à instituição, poderia favorecer uma posição de transitório, do que está de passagem e, desse modo, não ser capturado pelas questões instituídas, tendo mais liberdade de criar algo novo, não precisando se referenciar às demandas da instituição e de sua esteira burocrática de trabalho. Porém o que se configurava em muitos momentos era uma criação não “na margem”, mas “à margem”

dos processos de produção de trabalho, tanto da equipe técnica da unidade como do restante dos trabalhadores do Patronato. E esta diferença passou a causar um certo incômodo, que aumentava nos contatos com a equipe na rotina de trabalho.

Para colocar em análise o lugar que a equipe do projeto ocupava e o modo como se dava esse trabalho junto aos técnicos e funcionários do Patronato, recorremos a Rauter (1989), que afirma que a reprodução de uma instituição se dá pelas tarefas que a constituem; logo, no fazer de seus funcionários. Todos os que a compõem se encontram envolvidos na tarefa última e mais importante que é a colocação em marcha de suas engrenagens. Dessa forma, se faz primordial, para o entendimento das engrenagens do Patronato e suas funções sociais, a explanação das atividades dos técnicos e seus desdobramentos. Para Rauter (1989), a atividade do técnico que trabalha no sistema prisional só ganha sentido se entendida enquanto evidência de sua condição primordial de técnico “que, antes de estar compromissado com possíveis ideais de sua profissão ou quaisquer outros, é um funcionário do cárcere” (p.16). E este fato se apresenta claro a todo momento no cotidiano do trabalho, tanto para o funcionário como para seu atendido. O requisito básico para a atividade de um profissional do cuidado, principalmente o psicólogo, em um outro contexto seria a criação de uma atmosfera de confiança e amistosidade, situação que dificilmente ocorre no sistema prisional. Ainda segundo Rauter:

As relações estabelecidas numa instituição total entre aqueles que estão a ela submetidos e as diversas categorias funcionais que compõem a instituição estão marcadas, de imediato, por um desequilíbrio de poder, por uma situação de controle e opressão exercida pelo funcionário sobre o preso, que se estabelece até mesmo independente de sua vontade. (RAUTER, 1989: 16)

Portanto, a presença constante da burocracia nesta relação evidencia sua polarização entre o lado do submetido e o do que deve propiciar condições para a efetivação dos controles institucionais que se atualizam ali. Este estado de coisas favorece em larga escala a afirmação do papel passivo e sem quaisquer direitos dos atendidos no Patronato. A despolitização do papel do técnico dentro do sistema de maneira institucional, macro, pode contribuir para que ele, enquanto profissional, atue em continuidade com o Judiciário, na crença de regulador apolítico da ordem social, o que o leva a exercer dominações e controles sobre sua clientela.

Alguns impasses...

Trazer estes questionamentos para a esfera do atendimento no Patronato, entender o papel do projeto na maquinaria do estabelecimento e do sistema penitenciário, assim como pensar em formas de trabalho que pudessem produzir rupturas, novos movimentos, se tornava, portanto, essencial para permanecer atuando. Com o desenrolar dessa trajetória e de suas análises, a proposta inicial de trabalho vai rachando. A ideia de caminhar com duas propostas, a princípio complementares - estar “do lado de fora” promovendo serviços e redes de auxílio aos egressos e, ao mesmo tempo, estar no trânsito do estabelecimento, vivendo seu funcionamento para entendê-lo - se tornara cada vez mais difícil. Na própria equipe do projeto apareciam direcionamentos distintos: de um lado, a crença na importância de focar nosso trabalho na articulação de uma rede de serviços externos; de outro, a de articular a rede de trabalho interno, entendendo a necessidade de estarmos mais próximos da equipe técnica e de buscar potencializar um trabalho de assistência com o qual nos identificássemos e que, porventura, já existisse. Desse modo, seria possível pensar um trabalho junto aos atendidos direcionado para a construção de outras possibilidades de vida, que não aquelas pré-moldadas ofertadas, já prontas, oferecidas como grandes oportunidades, porém incompatíveis com as experiências de vida da maioria dos egressos e, portanto, fadadas ao fracasso. Estas questões começaram a ser levantadas nas supervisões e ficava cada vez mais clara, para parte de nós, a dificuldade em fazer acontecer o projeto dentro do Patronato do modo como nos fora apresentado.

A ideia de se aproximar cada vez mais dos funcionários, dos atendidos, entrar no estabelecimento para viver seu dia-a-dia e entender melhor os seus movimentos foi sendo concretizada. Ao entrar efetivamente no Patronato e sentir sua dinâmica, parte da equipe percebeu alguns entraves no trabalho, mas também alguns movimentos de vida e potência, de possibilidade de diferenciação daquela lógica fascista impregnada nos serviços de segurança pública como, por exemplo, modos diferentes de agir entre os inspetores: os que tratavam os atendidos como pessoas de direitos, com humanidade, e aqueles que reproduziam automaticamente a lógica da repressão e desvalia. Também alguns técnicos se mostravam dispostos a estabelecer um contato mais próximo conosco, enquanto outros se mantinham mais defensivos ou endurecidos em suas práticas.

No exercício dessas aproximações mediante conversa com algumas técnicas, as mesmas revelaram sua insatisfação com a burocracia na dinâmica institucional, que mantinha atados os seus fazeres no sentido de potencializar um trabalho, de fato, de

assistência ao egresso. Como exemplo, foi citada a existência de questionários padronizados que precisavam ser preenchidos nos atendimentos por determinação da direção. Perguntamo-nos: qual seria, então, a função de uma equipe multiprofissional que passa a maior parte do tempo de atendimento preenchendo formulários padronizados? Haveria de fato um trabalho em equipe? Na fala de uma das técnicas, percebemos a reclamação com o gasto de tempo no preenchimento de papelada e o grande número de pessoas a serem atendidas diariamente, afirmando não conseguir ter com o seu trabalho o cuidado que gostaria, como, por exemplo, acompanhar de modo mais próximo os encaminhamentos que fazia. Além disso, realizavam os exames criminológicos não só da clientela do Patronato como também de policiais militares do batalhão prisional vizinho. Reclamações plausíveis essas, ao analisarmos os dados fornecidos pelo site da SEAP a respeito do número de atendidos e da equipe disponível para dar assistência. As dificuldades de trabalho eram muitas.

A despotencialização que habitava os lugares ocupados pelas técnicas se mostrava visível também na dificuldade de comunicação entre os profissionais e destes com a direção, uma vez que não havia, na rotina de trabalho, uma reunião institucional que aproximasse equipe técnica, funcionários e direção da unidade para discutir e produzir ações que efetivamente resultassem em melhorias do trabalho em prol da assistência aos albergados e egressos, ou mesmo uma reunião apenas da equipe técnica. Tornava-se clara, mais uma vez, a necessidade de uma aproximação afetiva e de um trabalho coletivo que possibilitasse fazer um plano público por processos “no enredamento coletivo de forças, na criação de redes afetivas e parcerias amorosas, capazes de ligar o singular ao múltiplo.” (COIMBRA, MONTEIRO, MENDONÇA FILHO, 2006: 11)

Ao nos aproximarmos da equipe, dos funcionários e da realidade institucional do Patronato foi possível perceber que muitas coisas dificultavam as produções potentes de vida, a construção de políticas públicas, de um plano público como o defendido por nós. Estavam presentes questões como a do próprio espaço físico (localização e precariedade), a postura despotencializada de grande parte da equipe, além dos problemas gerados pelas produções de subjetividade desta lógica criminalista, neoliberal e totalitária já mencionadas. Porém, nossa aproximação com a utilização de registros e memórias, além de pesquisa bibliográfica, nos fez perceber que algumas resistências a

este cenário instituído eram produzidas, que alguma assistência se dava como afirmativa e potente.

A partir desta escrita, podemos entender a importância de dialogar com os que já conheciam os problemas, em suas experiências singulares, e conviviam com as angústias de ocupar um lugar na dinâmica do Patronato, para que outro caminho fosse possível que não o do retrabalho, mas sim o de pensar na montagem de um projeto coletivo com os profissionais da unidade que pudesse oferecer uma potencialização do trabalho existente.

Ao longo do estágio, a equipe foi percebendo que não apenas a rede estatal externa de assistência à população do Patronato estava fragilizada e interagindo pouco com a instituição, mas a própria rede interna do Patronato estava desfalecida, uma vez que pouco diálogo havia entre seus funcionários, sem planejamento coletivo de trabalho ou até mesmo da existência de um simples caderno de comunicação. A burocratização do trabalho havia promovido a individualização do serviço e impedia, junto a outras questões, a integração das técnicas enquanto equipe.

Para parte das estagiárias, a escolha por priorizar uma ação junto ao corpo técnico do Patronato e aos atendidos, a partir do que foi possível perceber e sentir neste caminhar e nas supervisões que ocorriam fora do Patronato, parecia vital. Entendemos como Félix Guattari, em Guattari e Rolnik (2005), que os profissionais que se interessam pelo discurso do outro se encontram em uma encruzilhada política e micropolítica fundamental, qual seja: ou vão reproduzir os modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão trabalhar para o funcionamento destes processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. Assumir um posicionamento ético-político se fazia urgente naquele momento do estágio. Para Guattari (idem), a produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção e as forças sociais que administram o capitalismo hoje entendem que a produção de subjetividades talvez seja mais importante que qualquer outro tipo de produção, pois produzem esquemas dominantes de percepção do mundo, subjetividades hegemônicas. Tal consideração, diante do que já afirmamos a respeito do capitalismo neoliberal e seus produtos, traz a nós, profissionais “psi”, uma responsabilidade quando afirmarmos nossas escolhas.

Ao entrar em contato com estas questões e os diferentes objetivos de percurso no projeto, ficou claro que também a nossa equipe estava “sem rede”, sem comunicação. As percepções foram-se polarizando no caminhar do estágio e não estava sendo possível

construir um encontro, um diálogo entre elas. Num dos encontros de supervisão, o fato foi mencionado e também decidido que, em reunião seguinte, haveria a presença de todos os componentes da equipe para se discutir os diferentes movimentos e incômodos que vinham ocorrendo. Realizada essa reunião, todos puderam expor seus pontos de vista e a proposta que defendia uma ação mais externa, mais deslocada e independente do corpo técnico do Patronato, prevaleceu. Este embate ocorreu em período próximo à renovação do estágio e parte da equipe não renovou o contrato.

O projeto permanece ainda hoje no Patronato, com ações de diversas ONGs, na confecção de documentos para encaminhamento a vagas de emprego ou para grupos de mútua-ajuda, como o Alcoólicos Anônimos (AA) e o Narcóticos Anônimos (NA).

Enquanto profissionais de uma psicologia que dialoga com os autores aqui mencionados, “é preciso estar atento e forte” para percebermos os movimentos das produções e reproduções de modelos, nos sensibilizarmos com as possibilidades de singularização e entendermos que, a todo momento, fazemos escolhas destituídas de neutralidade. É preciso estarmos atentos aos posicionamentos que reforçam produções de subjetividade que marcam no outro etiquetas como “egresso”, “preso”, “criminoso”, “perigoso”, ou “coitado”, “carente”, “desprovido”, “impotente” e limitam as possibilidades de um cuidado ético de si.

A afirmação pela escolha de um posicionamento “atento”, enquanto nos foi possível, dá o contorno a essa escrita e nos guia na cartografia das forças que atravessaram a experiência relatada.

Referências

- ARENDDT, Hanna. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BADARÓ BANDEIRA, Maria Márcia, CAMURI, Ana Cláudia, NASCIMENTO, Aline Ribeiro. Exame criminológico: uma questão ética para a psicologia e para os psicólogos. *Mnemosine* Vol.7, nº1, p. 27-61, 2011.
- BATISTA, Vera Malaguti, Adeus às ilusões “re”. In: Coimbra, C.M., Ayres, L.S.M., Nascimento, M.L.(orgs.) *Pivetes: Encontros entre a psicologia e o Judiciário*. Curitiba: Juruá Editora 2008, p.195-199.
- BRASIL, Lei n. 7210, de 11 de junho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 1984.
- BRASIL, Ministério da Justiça, Relatórios Estatísticos Analíticos do Sistema Prisional. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D437AA5B622166AD2E896}&BrowserType=NN&LangID=ptbr¶ms>

[=itemID%3D%7BC37B2AE9%2D4C68%2D4006%2D8B16%2D24D28407509C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C%2D1C72%2D4347%2DBE11%2DA26F70F4CB26%7D](#). Acessado em 18 de janeiro de 2013.

BRASIL, Ministério da Justiça/DEPEN, Relatório da Situação Atual do Sistema Penitenciário/Patronatos. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7B4A24A5D9-8C46-43AC-ABE0-FA64FB442C14%7D&ServiceInstUID=%7B4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD%7D>. Acessado em 20 de março de 2013.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; MONTEIRO, Ana; MENDONCA FILHO, Manoel, Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público?. *Psicologia & Sociedade*; 18 (2): 7-12; maio/ago. 2006.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?. In: *Práticas Psi inventando a vida*. Niterói, RJ: EdUFF, 2007, p. 27-38.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia; LOBO, Lilia Ferreira. Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Vol.20, N.2, p.89-102, 2008.

CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza, (Orgs.). *Políticas Públicas e Assistência Social*. Diálogos com as práticas psicológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FIGUEIRÓ, Rafael de Albuquerque e DIMENSTEIN, Magda. O cotidiano de usuários de caps : *empoderamento ou captura?* *Fractal: Revista de Psicologia*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922010000800015 Acessado em 05 fev. 2013.

FOUCAULT, Michel. A sociedade punitiva, In: *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.25-44.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. Subjetividade e História. In: *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MORAES, Márcia, PesquisarCOM: *política ontológica e deficiência visual*. In: MORAES, M. & KASTRUP, V., *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virgínia, ESCÓSSIA, Liliana da.(Orgs.). *Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, Porto Alegre: Sulina, 2009.

RAUTER, Cristina, Diagnóstico Psicológico do Criminoso: Tecnologia do Preconceito. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, 1989, pp. 9-22.

_____. Produção Social do Negativo: Notas Introdutórias. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. V. 15 N. 1, 2003, p.107-120.

_____. Clínica e estratégias de resistência: perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões. *Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre, 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000200006 Acessado em 17 abr. 2012.

RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Cartilha do Egresso da Secretaria de Administração Penitenciária (2012), disponível em: <http://www.visitanteseap.rj.gov.br/VisitanteSeap/documentos/cartilhaegressos20set2012.pdf>. Acessado em 15 de março de 2014.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde, Os anos de inverno da Análise Institucional Francesa. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, V. 18, N. 2, P. 29-46, Jul./Dez. 2006.

RODRIGUES, Cristiano; TEDESCO, Silvia. Por uma perspectiva ética das práticas de cuidado no contemporâneo, In: NASCIMENTO, Maria Livia & TEDESCO, Silvia (Orgs.). *Ética e Subjetividade: Novos impasses no contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p.74-95.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Maria Márcia Badaró Bandeira Professora Convidada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
E-mail: mbmarciabadaro@gmail.com

Bianca Sippli Fischer
Pós-graduada em Psicologia Jurídica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
E-mail: bibifischer@gmail.com

¹ Segundo o Art. 78 da Lei de Execução Penal (Lei 7210/84) “ O Patronato público ou particular destina-se a prestar assistência aos albergados e aos egressos (artigo 26). Art. 79. Incumbe também ao Patronato: I - orientar os condenados à pena restritiva de direitos;II - fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim de semana;III - colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.

²Órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro pertencente a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro subordinada a Subsecretaria Adjunta de Tratamento Penitenciário. É uma Instituição pública destinada a realizar o cumprimento dos benefícios penais de: Liberdade Condicional (LC), Sursi, Prisão Albergue Domiciliar (PAD), Prisão Albergue Domiciliar Monitorada (PADM), Limitação de Final de Semana (LFS) e Prestação de Serviços a Comunidade (PSC). Disponível no site <http://www.rj.gov.br/web/seap/exibeconteudo?article-id=1484134>. Acessado em 28 de maio de 2014.

³ Segundo Rodrigues (2006), “para a Análise Institucional, os conceitos de “encomenda” e “mandato social” são homólogos: o primeiro está ligado a situações efêmeras de “intervenção a pedido”; o segundo, a um ininterrupto, apesar de nem sempre audível, “pedido de intervenção” aos intelectuais, cuja especificidade instaura a divisão dos saberes em “especialidades” ou “disciplinas”.

⁴ Em referência ao “pesquisar com” colocado por Moraes, em Moraes e Kastrup (2010), enquanto produção de conhecimento com o outro e não sobre o outro, no encontro com a multiplicidade de modos de existir, considerando o referencial do outro, produzindo com ele para que faça sentido para ele, em uma relação de soma, de inclusão, que emerge no entre o eu e o outro, considerando sempre os arranjos.

Ainda citando Depret, Moraes assinala que a produção de conhecimento com o outro se dá ao tomarmos este outro como alguém que pode fazer existir outras coisas, e não como um ser respondente, que responde às intervenções. Há, portanto, uma redistribuição de *expertises*. O outro não é visto como um sujeito dócil, mas como um *expert* que pode formular conosco questões de análise.

⁵ Segundo a cartilha do egresso, a pessoa atendida no Patronato em Livramento Condicional, Prisão Albergue Domiciliar, Limitação de Final de Semana, Suspensão Condicional da Pena deverá comparecer ao Patronato para se apresentar e prestar informações de acordo com a frequência ordenada pelo juiz. Caso isto não seja cumprido, a VEP (Vara de Execução Penal) é informada e seu benefício pode ser suspenso, podendo acarretar retorno à prisão, assim como em outros casos de descumprimento, como sair do Estado sem autorização do juiz da VEP, ou permanecer na rua após o horário permitido estipulado. (disponível em <http://www.visitanteseap.rj.gov.br/VisitanteSeap/documentos/cartilhaegressos20set2012.pdf>)

⁶ O Patronato atende à população de várias cidades do estado, juntamente com a sede de Campos. Todos aqueles a quem foi imposto judicialmente o comparecimento em Patronato precisam necessariamente comparecer a uma das duas sedes, em geral trimestralmente. Recentemente fomos informadas de que o novo juiz da VEP determinou que a presença do egresso no Patronato se dê quinzenalmente, sob pena de suspender seu livramento condicional, o que, diante das dificuldades financeiras para o transporte, poderá agravar os índices de reincidência. Portanto, o conceito de reincidência é complexo, pois não necessariamente significa retornar à prisão por cometimento de novo delito.

⁷ Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – “é um programa de computador (software) de coleta de Dados do Sistema Penitenciário no Brasil, para a integração dos órgãos de administração penitenciária de todo Brasil”. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B598A21D8-92E4-44B5-943A-0AEE5DB94226%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acessado em 14/10/2014.

⁸ Ao término da pena, conforme orientado por assistente social do Patronato, é preciso levar ao TRE uma declaração fornecida pela instituição para isenção das faltas nas eleições por conta de sua prisão, para que seu título de eleitor seja liberado. Esta declaração também é necessária para o desbloqueio do CPF junto à Receita Federal. Somente com estes dois procedimentos e o pagamento das custas do processo, o título é desbloqueado. Em grande parte das ocasiões, o judiciário cancela este pagamento, ao considerar que a pessoa em questão não tem condição de arcar com o valor.

⁹ De acordo com Badaró Bandeira, Camuri e Nascimento (2011), o exame criminológico, composto pelos pareceres psicológico, social e psiquiátrico, aparece no discurso penal como instrumento para aferir as condições de personalidade do preso no início do cumprimento da pena com vistas ao tratamento individualizado da pena e por ocasião da progressão de regime e do livramento condicional baseado na meritocracia e num prognóstico de adaptabilidade social. No entanto, o que as autoras denunciam é que tal meritocracia revela, por meio do exame criminológico, uma expectativa de alteração da conduta do sujeito pela própria regulação da pena e disciplina penitenciária, numa lógica sutil de repressão. No Patronato, os técnicos realizam o exame em presos da SEAP de regime aberto quando solicitada a liberdade condicional, como também em presos da Polícia Militar, cujo batalhão é vizinho ao Patronato, cumprindo um acordo informal entre a SEAP e a direção da Unidade Prisional da PMERJ.

¹⁰ Uma das grandes demandas dos egressos, e deste jovem também, é a de abrigo; porém conseguir uma vaga em abrigo da cidade do Rio de Janeiro se apresenta como verdadeira façanha, ainda que suas condições de funcionamento sejam muito precárias. O funcionamento da recepção de abrigados na cidade funciona, segundo contatos da Secretaria de Assistência Social do Município, via CREAS e é feito com a pessoa comparecendo ao mesmo até as 14h do dia em questão para tentar uma vaga, sendo que isso não se configura em garantia para o dia seguinte; ou seja, a pessoa só tem garantida a permanência naquela noite, após passar a tarde à espera da vaga, o que impossibilita qualquer pessoa que trabalhe no horário comercial de consegui-la, além de não oferecer um abrigo com continuidade, em que possa deixar seus pertences e ter um lugar fixo para dormir.

¹¹ Para Figueiró e Dimenstein (2010), Vasconcelos (2003) traz a noção de empoderamento enquanto aumento de força e poder de certa coletividade, favorecendo a expansão de autonomia e o combate à relação de tutela.

¹² Para os autores, as práticas de si seriam aquelas concebidas como modos de atuar e de pensar que servem para fazer o sujeito produzir-se atrelado a certa atividade moral. Esta atividade pode estar a

serviço de uma crença no indivíduo como parte natural integrante das estruturas sociais, se destinando à condução dos homens e funcionando na produção e manutenção dos elos entre as estruturas sociais e a vida moral. Porém também pode tomar a forma de uma atividade que possa se pôr a funcionar aliada a uma ética enquanto exercício crítico constante, abrindo mão de verdades como referências e possibilitando brechas para a invenção de outras políticas de subjetivação.

¹³ In: Escobar, C. H. (org.) *Dossier / As últimas entrevistas*. Rio de Janeiro, Taurus, 1984.

¹⁴ Em referência ao termo usado por Vera Malaguti Batista em “Adeus às ilusões “re””. In Coimbra, C.M., Ayres, L.S.M., Nascimento, M.L. *Pivetes: Encontros entre a psicologia e o Judiciário*. Curitiba: Juruá Editora 2008, p.195-199.